

DECISÕES DE COMPRA

SEIS TENDÊNCIAS QUE VÃO REDEFINIR O MERCADO B2B NO BRASIL EM 2026

▶▶ Leia na página 8

Concursos públicos e a ameaça ao sonho da estabilidade

São alarmantes os dados no sentido de que candidatos aprovados em concursos públicos têm recorrido cada vez mais ao Judiciário para reivindicar o direito à nomeação.

Vamos aos números: o Brasil registrou no último ano, em média, 122 novas ações por dia envolvendo disputas sobre classificação e preterição, conforme um levantamento inédito com base no BI (Business Intelligence) do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Primeiramente, é necessário abordar o assunto com o máximo de cuidado. Aqui falamos de brasileiros que sonham com um emprego com a estabilidade do serviço público e com uma maior remuneração, entre outros benefícios. Geralmente, a preterição que se torna disputa judicial ocorre quando a administração pública desrespeita a ordem de classificação do concurso e candidatos aprovados são ultrapassados ou ignorados na convocação para o cargo.

Nesses casos, resta ao candidato prejudicado recorrer ao Judiciário para reivindicar o direito à nomeação. E, como já foi observado, cada vez mais isto tem acontecido. Em 2025, o país ainda teve 44.605 novos processos sobre o tema, frente a 35.332 em 2024, um aumento de 26,5% em apenas um ano. Na comparação com 2020, o crescimento é ainda mais expressivo. Naquele ano, foram registrados 27.330 processos, número 63,21% menor que o observado em 2025.

Uma primeira orientação aos candidatos a concursos com problemas deste tipo é que tenham atenção com o edital. Ele próprio prevê a possibilidade de contestar notas, questões ou critérios de correção.

ROYAL CANVA



“Sabemos que existe atualmente muito mais acesso à informação sobre regras de concursos públicos e maior transparência na divulgação de decisões judiciais sobre o tema.

Deste modo, se o candidato identificar erro ou inconsistência, o ideal é apresentar o recurso no prazo, apontando de forma objetiva os pontos equivocados.

Caso a reclamação administrativa não seja bem-sucedida, o que tem se tornado cada vez mais frequente, o caminho para a resolução se dá no âmbito judicial, podendo abranger desde a impugnação do edital até o ajuizamento da ação judicial cabível.

É crucial observar o prazo para esse tipo de questionamento. O prazo prescricional para ajuizar ação judicial por preterição (preterição de candidato na nomeação em concurso público) é de cinco anos, contados a partir da data em que outro

servidor foi nomeado em detrimento do candidato aprovado.

Por fim, é possível olhar todos os números ao menos por uma ótica positiva. O aumento das ações judiciais também pode estar relacionado à maior conscientização dos candidatos sobre seus direitos.

Sabemos que existe atualmente muito mais acesso à informação sobre regras de concursos públicos e maior transparência na divulgação de decisões judiciais sobre o tema. E isso faz com que candidatos que identificam possíveis irregularidades busquem com mais frequência a via judicial para verificar se houve desrespeito às regras do edital ou à ordem de classificação.

Em regra geral, o candidato a concurso público deve acompanhar regularmente os atos publicados pela administração e observar o prazo de validade do concurso. Caso surja alguma situação que indique possível desrespeito à ordem de classificação, é o momento de agir e não deixar ser tomado o seu direito.

(Fonte: Raphael de Almeida é Advogado especialista em concursos públicos).

Negócios em Pauta

Cátedra OEI
ELENA
PISCOPIA

Idp OEI



Pesquisadora brasileira é premiada por trabalho em Matemática Antirracista

Com um artigo sobre matemática antirracista, a professora Juliana Theodoro de Lima, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), foi uma das vencedoras do 1º Concurso de Artigos Científicos da Cátedra Elena Piscopia, iniciativa da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). A premiação busca incentivar a produção acadêmica voltada ao tema da Transição Justa, conceito que articula dimensões sociais, ambientais e econômicas para orientar processos de transformação produtiva e tecnológica. Intitulado “Educação e Transição Justa: caminhos para a equidade social em tempos de transformação – matemática antirracista e decolonial como ferramenta de reparação histórica e tecnológica”, o artigo conquistou o segundo lugar no eixo Educação e Capacitação Profissional, uma das categorias do edital. O trabalho foi desenvolvido em colaboração com a professora Cleonis Viater Figueira, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (<https://oei.int/pt/escritorios/brasil/noticia/oei-lanca-i-concurso-de-artigos-cientificos-da-catedra-elena-piscopia/>). ▶▶ Leia a coluna completa na página 3

News@TI



Edital de R\$ 3,9 milhões para ampliar presença de pequenos negócios no e-commerce

@A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), iniciou ontem (2) as inscrições para o edital E-commerce BR 2026, a maior iniciativa de fomento ao comércio eletrônico no país. Com investimento de R\$ 3,9 milhões, o programa vai selecionar e premiar projetos que desenvolvam soluções para ampliar a presença digital de pequenos negócios nas vendas online. A novidade desta edição é a inclusão dos microempreendedores individuais (MEIs) entre os públicos que serão atendidos pelas iniciativas apoiadas, além de micro, pequenas e médias empresas. As inscrições estão abertas até 5 de maio, na página do programa. Embora o comércio eletrônico brasileiro siga em expansão, a distribuição regional das vendas ainda é bastante concentrada. O Sudeste lidera com 77,2% das vendas online, seguido pelo Sul (14,1%). Já o Nordeste responde por 5,5%, o Centro-Oeste por 2,5% e o Norte por apenas 0,6%. ▶▶ Leia a coluna completa na página 2

Sete hábitos que ajudam casais a prosperar empreendendo no mercado pet

Com setor que movimenta R\$ 78 bilhões no Brasil, organização de papéis e gestão profissional se tornam decisivas para negócios familiares. ▶▶

Restaurantes recorrem à formação interna e adotam práticas para reduzir a rotatividade

Escassez de mão de obra leva empresários a investir em treinamento padronização de processos e desenvolvimento de equipes para reduzir a rotatividade. ▶▶

Cidadania italiana: entre a turbulência legislativa e a força do direito constitucional

Nos últimos meses, o tema da cidadania italiana voltou ao centro do debate jurídico internacional. ▶▶

Planeje hoje, desfrute amanhã: como construir uma aposentadoria segura?

Mais do que investir, trata-se de garantir autonomia, tranquilidade e qualidade de vida no futuro. ▶▶

Literatura

Livros em Revista

Ralph Peter



▶▶ Leia na página 4

Política

Reputação ilibada

Heródoto Barbeiro



▶▶ Leia na página 2

Economia da Criatividade

Decisão Educacional de Alto Investimento: Como Estruturar Estratégias para Ciclos Longos

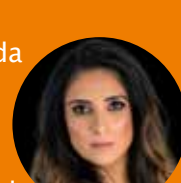


Carol Olival

▶▶ Leia na página 6

Negócios & Carreira!

Liderança humanizada e carreira global: a trajetória de Ana Real



Fabiana Monteiro

▶▶ Leia na página 5